

As incidências da crítica à razão da pós-modernidade nas teorias sobre a intertextualidade

Profa. Dra. Maria A. A. de Macedo¹ (UFMT)

Resumo:

As teorias da literatura, principalmente aquelas que tratam do fenômeno intertextual tal qual se configura a partir da segunda metade do século XX, trazem em seu interior questões que freqüentam a pós-modernidade filosófica e será o trânsito entre essas ambas o nosso estudo.

Palavras-chave: Pós-modernidade, crítica à razão, intertextualidade.

Observando um aspecto da pós-modernidade filosófica, que é o da crítica à razão iluminista, iremos relacioná-lo à teoria da literatura, mais especificamente ao fenômeno intertextual aí estudado. O ponto de partida dessa crítica é geralmente localizado em Friedrich Nietzsche, cujos estudos perturbam o conceito forjado no Iluminismo, que concedia centralidade ao homem como portador de uma razão metafísica

É possível observar que as teorias sobre a intertextualidade, no horizonte de suas análises, mantêm um estreito vínculo com as questões que incidem na pós-modernidade, tais como: o texto, pontilhado de feixes de discursos, cada um deles encerrando uma verdade querida universal, expõe em seu interior o dissenso da pós-modernidade; o autor de um texto não mais se apresenta como o unificador, o sujeito portador de uma razão transcendental e sintética no qual se dissolvem pensamentos divergentes e dispersos. Ele é flagrado em sua historicidade e entrevisto não somente como sujeito de sua representação, mas também revelado como objeto em sua própria representação. A partir da dispersão do sujeito transcendental, pretende-se recompô-lo em sua constituição, e para efetuar esta, será necessário buscar os momentos sucessivos de sua representação – a história dos seus discursos, ou seja, a intertextualidade. Será esta, segundo nossa leitura, uma das funções desempenhadas pelo trabalho intertextual: colocar em marcha a história dos discursos e, no confronto entre estes, sublinhar aí a reconstituição do sujeito.

No âmbito da filosofia, a concepção da razão universal forjada no Iluminismo já carrega em si a sua problematização, pois há um desacordo entre o sujeito que se quer fundamentado por uma razão metafísica, e o que nele há de accidental, empírico, histórico, singular. O sujeito, no Iluminismo, desvinculado de um princípio transcendente – no caso, o fundamento religioso – encontra um outro princípio, desta vez na razão. Porém esta última, porque inscrita na instabilidade do sujeito, vê-se obrigada a se escamotear na metafísica – imune ao histórico (empírico, accidental). Em outras palavras, a razão universal, revestida em uma armadura metafísica, já em seu início está fadada a ser uma razão singular, contextualizada, pois ela se desenvolve na instabilidade do sujeito e do seu mundo.

Essa razão metafísica é revelada nos escritos de Nietzsche (2001), um anunciador da pós-modernidade filosófica, entende-se aí a crítica à razão, como uma simples crença. O estudo desse pensador reduz a razão transcendental, a “coisa em si”, de um dado *a priori* para uma vontade ativada nas representações do sujeito. O filósofo corrói a idéia de uma razão inalterada, estável, ao localizá-la visceralmente no humano e ao relacioná-la com a história, em sua instabilidade. Enfim, sacode os pressupostos caros ao Iluminismo, ao denunciar a intromissão da parcialidade de um sujeito pensado imparcial. Nietzsche, ao introduzir a pergunta «quem fala?» (1991) no discurso do conhecimento, acena para um sujeito demasiado humano, comprometendo, assim, a concepção de razão imparcial que imperava entre seus con-

temporâneos. De qualquer forma, será a partir de Nietzsche que vem à tona a discussão sobre o sujeito do conhecimento em sua pretensa neutralidade oferecida por uma razão universal e metafísica – esta última escamoteando seja a instabilidade do sujeito, seja a sua vontade de domínio.

Essa mudança do estatuto do sujeito apresenta implicações relevantes na poética do pós-modernismo, traduzida em uma forma literária nitidamente elaborada através da inserção de uma multiplicidade de textos, não mais fundamentada nem originada a partir do controle soberano e unificador do sujeito com sua razão metafísica – que a disporia em uma síntese una, universalista e totalizante, como ocorrida na modernidade. A multiplicidade depõe contra a universalização ao direcionar-se em favor de razões intencionalmente dispersas. Estas são justapostas e não visam a unificação em um todo consensual, pois esse caso seria o da modernidade e como é sabido, a pós-modernidade não acredita mais nesse consenso, advindo de um encontro com um fundamento explicativo único, universalizante e sintético.

A concepção moderna de um sujeito soberano é revelada, a partir do final do século XIX e de forma mais aguda, na segunda metade do século XX, nas análises do pós-estruturalismo, como simples resultante da representação e da história. Em outras palavras, a pós-modernidade indica o sujeito uno e metafísico da modernidade tão somente como uma representação discursiva. Se Nietzsche estuda o “quem fala?” universal e imparcial do Iluminismo como representação cujo objetivo esconde a vontade de poder, Foucault, na segunda metade do século XX, em seu pós-modernismo derivado do pós-estruturalismo¹, prossegue a desconstrução efetuada pelo pensador alemão, enfatizando o enfraquecimento da idéia de “sujeito”, como criador original, soberano de sua representação. O homem é simultaneamente o sujeito que produz sua própria representação e o objeto que nesta se encontra representado. Ele é observado não mais pairando acima de suas representações, não se encontrando mais no abrigo da metafísica; esta é uma representação do sujeito.

O sujeito, na análise pós-estruturalista de Michel Foucault (2002), é percebido em sua constituição no e pelo discurso. Este é desvestido de sua legitimação meta-narrativa e deflagrado em seu caráter de representação, ausentando-se qualquer intenção de meio transparente entre as palavras e as coisas, entre o mundo e o sujeito. A legitimação, a verdade, será procurada doravante na interação com outros discursos, observando para isso o aspecto histórico que neles se destaca.

A intertextualidade, como forma pós-moderna na arte, encontra-se implicada nessa idéia da pós-modernidade, ao colocar em funcionamento o diálogo da multiplicidade de textos cada qual encerrado em seu fundamento explicativo, e ao intentar uma constituição do sujeito não mais como fundador, centralizado, sintético e metafísico – o criador – com um discurso de totalização da verdade, mas sim a partir de sua dispersão dos seus próprios discursos – concebidos em sua historicidade.

A afirmativa da corrosão da idéia de sujeito metafísico, a procura de sua constituição através de sua localização em sua representação constituir-se-ão aspectos que irão balizar o trabalho intertextual ocorrido na literatura a partir dos anos 70 dos anteriores. Entendemos a intertextualidade aí como um dos aspectos da pós-modernidade na literatura, atestando sua imersão no pensamento contemporâneo: o fundamento metafísico ao qual estavam inseridos o homem e sua razão, como autor-criador-demiurgo, e que até o final do século XIX esteve imune ao contingente, começa a sofrer corrosões pela introdução da história, impregnada justamente do empírico. Os anteriores fundamentos explicativos e hegemônicos são desestabilizados, em sua contextualização sofrida no contato com a história. O autor que se refere aos fundamentos explicativos e últimos passa a ser observado também em sua empiricidade, reti-

¹ Hal Foster em seu artigo, *Polêmicas (post)modernas* (1988), distingue duas posturas presentes na pós-modernidade, uma que ele denomina neoconservadora e outra derivada do pós-estruturalismo, caracterizada por ser profundamente anti-humanista, e onde a representação aparece mais como constitutiva da realidade do que transparente a ela.

rando-se assim sua aura de autoridade e legitimidade; cabe a ele localizar-se criticamente onde se representa, ou seja, no próprio discurso, e procurar sua constituição e a dos saberes na história dos discursos. O sujeito não se figurará como o fundamento último de sua obra, mas sim estará localizado na confluência de textos vários, constituindo-se através deles, em uma voz que pontua um espaço e uma posição em meio à história. Ou seja, o texto não apresenta mais uma pluralidade que intenciona convergir para um consenso. Nele notamos que há vários princípios explicativos ou razões transcendentais que se contradizem, não se resolvem em um consenso, em uma universalização, pois esta é percebida na pós-modernidade como uma imposição de uma “verdade” rumo à sua homogeneização, totalização e negação de razões singulares. O texto se constrói em uma justaposição de razões indiferentes entre si ou conscientes de que são razões singulares ou se apresenta como confronto sem resolução entre estas últimas, pois, se fosse o caso, resultaria na criação de uma razão transcendental.

Pensamos que o pós-modernismo desvencilha-se desse discurso crítico, cuja proposta guarda a intenção de uma explicação totalizadora. O pós-modernismo desconfia das teorias, pois estas, mesmo trazendo à discussão a relatividade de cada delas, ainda carrega em seus objetivos a proposta de totalização. O pós-modernismo efetua a mesma confrontação na multiplicidade, e com a intenção de não-conclusão, como o faz o modernismo, mas ausentando-se o propósito de engendrar textos novos a partir de uma nova perspectiva relativizadora. A falta de conclusão dos textos no pós-modernismo visa mais um afastamento de uma possível interpretação totalizadora. Além desse intento, o pós-modernismo também é crítico no tocante à representação, não lhe concedendo validação como meio transparente entre a palavra e o mundo, fato que acarreta o abandono do estudo de abordagem imanente do texto.

A literatura, caminhando ao lado do pensamento da pós-modernidade, afere o enfraquecimento do sujeito transcendental como criação e fundamento do significado. Se a concepção do sujeito metafísico do Iluminismo foi abalada ao introduzir nele o mundo histórico, a noção da obra segue semelhante disposição, em virtude de ela ser também um discurso – do mundo, do saber que não é apreendido em uma modalidade científica ou pretensamente científica – onde vemos o sujeito em sua constituição. A estética do pós-modernismo retira o significado último e fundamento original contido na “obra” e a concebe como tecido ou texto, dirigindo-se à noção de discurso, que aponta para o trânsito entre o texto e o que o remete para fora dele. As teorias da literatura acompanham o pensamento da pós-modernidade retomando a etimologia da palavra “texto” (tecido), em um empreendimento que objetiva compreender a historicidade das representações. Elas conceberão o texto em constante transformação face ao contexto e à singularidade do “quem fala?” no texto, de Nietzsche (1991) e de Foucault (1997). Retirada a origem metafísica da obra, é possível falar-se em texto como intertextualidade, e esta, como a história do texto, posta em movimento a fim de se apreender o homem em sua representação, e assim, efetuar a sua constituição.

Acompanhando esse pensamento da pós-modernidade, vários teóricos da literatura apontam a questão problemática do autor, já destituído de seu papel de fundador, e a conseqüente substituição do termo “obra” para “texto”. Roland Barthes, no capítulo “A morte do autor”, em *O Rumor da Língua* (1988), afirma que este somente pode “imitar um gesto sempre anterior, jamais original; seu único poder está em mesclar as escrituras” (BARTHES, 1988. p. 69). Ele concebe o texto como um espaço “onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é original: o texto é um tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura” (BARTHES, 1988. p. 68-69). Barthes nega a idéia de obra, por nela estar contido um sentido único, teológico, que seria a “mensagem de um Autor-Deus” (BARTHES, 1988. p.68), ou o sujeito metafísico. Entrevemos, em Barthes, a passagem de sujeito metafísico para sujeito histórico, um sujeito em constituição a partir da consciência de sua localização no tecido histórico, que se reflete na negação do termo “obra” e na defesa do “texto”. Barthes as explica tendo em vista o enfraquecimento do sujeito metafísico, da origem, e sua constituição na

linguagem, mais ainda, no discurso – um espaço de trânsito entre a linguagem e o contexto. O texto é esse “espaço social que não deixa nenhuma linguagem ao abrigo, exterior, nem nenhum sujeito de enunciação em situação de juiz, de mestre, de analista, de confessor, de decifrador” (BARTHES, 1988. p.78). Ao fazer a alusão ao texto como travessia, Barthes está negando a idéia de origem da metafísica, ao mesmo tempo em que insere-o como ponto mutante na história.

Na obra de Mikhail Bakhtin, *Problemas da Poética de Dostoiévski* (1981), encontramos certas referências ao sujeito autônomo, original, soberano, assim representado desde o Iluminismo. A sua negação do solipsismo, o « eu », o sujeito metafísico em sua explicação do mundo, corresponde à negação do princípio explicativo da razão que forma a realidade, por conseguinte das meta-narrativas onipotentes, ou das “idéias particulares fluentes e auto-suficientes”, metafísicas, ou seja, “independentes dos contextos”, fundamentada na “verdade impessoal”.

A literatura do Classicismo e do Iluminismo elaborou um tipo especial de pensamento aforístico, ou seja, um pensamento através de idéias particulares fluentes e auto-suficientes, pelo seu próprio plano, independentes dos contextos. Os românticos elaboraram outro tipo de pensamento aforístico. Esses tipos de pensamento foram especialmente estranhos e hostis a Dostoiévski, cuja ideologia geradora de formas desconhece a verdade impessoal, e em cujas obras não são verdades impessoais destacáveis. Nelas há apenas vozes-idéias integrais e indivisíveis, vozes-pontos de vista, mas estas também não podem ser destacadas do tecido dialógico da obra sob pena de deformar-se a natureza delas. (BAKHTIN, 1981. p.81)

O que se observa em Bakhtin é a mesma negação de um sujeito portador da “verdade imparcial”, já denunciada por Friedrich Nietzsche. Doravante sua constituição será mediada pelo diálogo entre outros sujeitos, na história dos seus discursos. Ele critica o Iluminismo com sua concepção de pensamento auto-suficiente ou auto-legitimador, independente do contexto cultural, colocando em jogo a noção de sujeito e sua razão universal, metafísica e impermeável ao contingente.

A herança iluminista era a de que apenas o pensamento transcendental – imune às perspectivas sofridas na pluralidade de sujeitos e de contextos – legitimaria a verdade. Distinguimos o trabalho intertextual da modernidade daquele do pós-modernismo pelo fato de que neste último não se busca a totalização nessa pluralidade; é a localização do sujeito na história dos discursos, e, por meio dessa posição, uma dentre tantas, a crítica aos discursos legitimadores, o que será observado na poética do pós-modernismo.

Observamos em Foucault o deslocamento do estudo sobre a concepção da pluralidade de vozes para a análise do sujeito constituído pela história, inclusive pela história do discurso onde ele se encontra representado, convergindo, dessa maneira, com certos pressupostos da intertextualidade, como o autor destituído de seu papel de criador, e implicado no pressuposto da representação do sujeito. O autor, segundo Foucault (2001), é o organizador, é o leitor crítico, o transformador e o contestador de textos de intenção criadora, fundadora.

Salientamos a convergência das idéias de Bakhtin e de Foucault para a compreensão do fenômeno intertextual tal como ocorre a partir da segunda metade do século XX. O primeiro observará que a matéria das personagens é o próprio discurso: “A idéia do autor sobre o herói é a idéia sobre o discurso. Por isto, até o discurso do autor sobre o herói é o discurso sobre o discurso” (BAKHTIN, 1981. p.54). Em paralelo à análise de Bakhtin sobre os romances de Dostoiévski, observamos Foucault no tocante à problematização do homem no discurso. O “discurso sobre o discurso”, ou o “homem no homem”, no pensador francês, corresponderia à problematização da própria representação, justamente pela entrada do homem como objeto e sujeito da representação.

Sobre o texto como interação com a história, podemos nos reportar à Marc Angenot, em sua defesa de uma concepção *topológica* dos discursos. O estudioso, em seu artigo *Intertextualité, Interdiscursivité, Discours Social*, da obra *L'intertextualité, intertexte, autotexte, intratexte* (1983), alude à obra de Michel Foucault, ao apontar o texto literário não somente em seu formalismo, mas também em sua relação com outros textos e contextos. Angenot observa que Foucault, de alguma forma, também realizou um estudo intertextual. Sobre a semelhança entre a intertextualidade e o estudo de Michel Foucault, Angenot afirma:

Acrescentemos a isto que se a *palavra* [intertextualidade] sofre tal difusão centrífuga, não a veremos fatalmente aparecer em certas reflexões onde tivesse parecido quase “natural” que surgisse. Estou me referindo a essas pesquisas que desde o fim dos anos 60, sustentam-se essencialmente em uma concepção *topológica* dos discursos de um estado de sociedade, com uma interação indefinida dos escritos e dos gêneros que aí se produzem; que vêem o texto (literário ou político) não como um conjunto estruturado de elementos co-inteligíveis e funcionais, mas como uma espécie de dispositivo que absorve, seleciona, modifica e redifunde certos *topoi* e certos pré-construídos “temáticos” migrando através do momento histórico. Uma tal perspectiva está, de alguma forma, presente então nos trabalhos de Michel Foucault. (ANGENOT, 1983. p. 102)

Angenot reclama certa aproximação entre a intertextualidade, do pós-modernismo, e o estudo das idéias próprias da pós-modernidade, como as de Michel Foucault, quando afirma ser o discurso revelador e produtor de certo estado da sociedade, e também determinado, em suas variações ou modificações, pelo contexto histórico no qual ele transita.

O pensamento de Foucault, assim como os teóricos que se debruçam no estudo do fenômeno da intertextualidade recusam a criação de um texto a partir de um princípio metafísico, mostrando que para sua realização concorrem memórias de outros textos e interações históricas. Eles mostram que o texto é suscetível à história, estando inserido nas formações culturais como um de seus elementos.

Linda Hutcheon, em sua *Poética do pós-modernismo* (1991) é uma das estudiosas que tem como centro de seus estudos a relação entre o pós-modernismo e a intertextualidade, abordada em seu contexto histórico e social. Seguindo as pegadas de Nietzsche e Foucault, Hutcheon observa que o mundo da vida e nele a história serão vistos não como referentes, a “coisa em si”, tal como se encontra nos arquivos da História, mas sim como representações discursivas visando intenções, ocultas ou não, pelo produtor do texto. Novamente temos a problematização do “quem fala?”

Se Nietzsche levanta a questão do “quem fala” no texto e Foucault estende a questão para analisar a localização daquele que fala, Hutcheon, sem entrar em questões especulativas e históricas, afirma que “é nos diversos discursos do pós-modernismo que estamos percebendo a inserção e a subversão das noções de objetividade e transparência lingüística que negam o ‘sujeito enunciador’” (1991. p.105). A teórica está referindo-se às noções de objetividade, por meio da deflagração da parcialidade do sujeito, que são desconstruídas por Nietzsche e à noção de transparência lingüística do sujeito enunciador, de Foucault.

Para Hutcheon, o sujeito do ato enunciativo deve ser analisado, de maneira a situá-lo, como foi já efetuado por Foucault. A teórica introduz o texto do pensador francês em seu estudo, no momento em que ela aponta as perguntas sobre o sujeito, como o faz Foucault. Ela ressalta que os romances pós-modernos

perguntam (juntamente com Foucault, 1972. p.50-55): quem está falando? A quem se dá o direito de utilizar a linguagem dessa ou daquela maneira? A partir de que pontos institucionais construímos nossos discursos? De onde o discurso obtém sua autoridade de legitimização? De que posição falamos – como produto-

res ou como intérpretes? Para Foucault, graças à complexidade das respostas a essas perguntas problemáticas, o sujeito do discurso é sempre a rede dispersa e descontínua de locais distintos de ação; jamais é o conhecedor transcendental e controlador. (1991. p.115)

O conceito de razão, implementado desde o Iluminismo, está em xeque na pós-modernidade. Hutcheon não tratará de forma direta dessa noção, porém ela fará com certa frequência, para seu estudo do pós-modernismo, referências aos pressupostos do Iluminismo – o seu “humanismo liberal”:

Assim como grande parte da teoria literária contemporânea, o romance pós-modernista questiona toda aquela série de conceitos inter-relacionados que acabaram se associando ao que chamamos, por conveniência, de humanismo liberal: autonomia, transcendência, certeza, autoridade, unidade, totalização, sistema, universalização, centro, continuidade, teleologia, fechamento, hierarquia, homogeneidade, exclusividade, origem. [...] Não se trata de incerteza nem de suspensão do julgamento: ele questiona as próprias bases de qualquer certeza (história, subjetividade, referência) [...]. O pós-modernismo assinala menos uma “desintegração” ou uma “decadência” negativa da ordem e da coerência (Kahler 1968) do que um desafio ao próprio conceito em que nos baseamos para julgar a ordem e a coerência. (1991. p.84)

A base para o julgamento, para o consenso e a legitimação de qualquer verdade, e que Hutcheon retoma freqüentes vezes em seu estudo, sem uma análise de abordagem filosófica, posto que ela restringe-se ao domínio literário, acreditamos ser a noção de razão iluminista. Não obstante, observamos alguns comentários da autora em sua caracterização do pós-modernismo que convergem para o que até então, estudamos, ou seja, o questionamento da razão iluminista.

Hutcheon afirma que o pós-modernismo “não sugere nenhuma busca para encontrar um sentido atemporal transcendente” (1991. p.39). Ela comenta ainda que os textos do pós-modernismo “realmente perturbam as certezas do humanismo com relação à natureza do eu e da função da consciência e da razão cartesiana (ou ciência positivista)” (HUTCHEON, 1991. p.38).

Para Hutcheon o pós-modernismo diz, isto sim, que em nosso mundo existem todos os tipos de ordens e sistemas – e nós os criamos todos. Essa criação é a justificação e a limitação das ordens e sistemas. Eles não existem “exteriormente”, fixos, pressupostos, universais, eternos; são elaborações humanas na história. (HUTCHEON, 1991. p.67)

Fazendo um breve resumo das principais críticas da pós-modernidade enfatizadas por Linda Hutcheon, podemos citar aquelas referentes à autonomia estética modernista, à crítica do discurso, não como representação da realidade, mas como um construto humano, ao da fé humanista na linguagem, aquele que se dirige à crítica das noções e teorias essencializantes e totalizadoras, ao da noção da imparcialidade da ciência ou de qualquer outro discurso.

Observamos que a maioria destas questões está relacionada à crítica ao pressuposto do Iluminismo de uma razão universal, transcendental, imune às transformações da história. O pós-modernismo insere todas essas críticas, por meio da forma artística, denominada por Linda Hutcheon, de “intertextualidade paródica”. É a tentativa de mergulhar tanto a literatura no mundo, como a da crítica literária de ultrapassar o formalismo do texto.

Outro teórico, Laurent Jenny, analisa a intertextualidade afirmando estar ela implicada na gênese dos textos literários contemporâneos. Em seu artigo *A Estratégia da Forma* (1976), Jenny, sem procurar a relação entre intertextualidade contemporânea com o pós-modernismo, afirma a necessidade de analisarmos uma obra a partir dos textos que nela estão inseridos. Essa necessidade estaria no próprio ato da leitura da escritura. O texto, além de ser o resultado de uma leitura – interpretativa – transformadora, também é a transgressão dos códigos sociais embutidos nos textos anteriores. Sobre a intertextualidade como “desvio cultural” (JENNY, 1976. p.44), o autor afirma que:

há determinações ideológicas que resultam do próprio funcionamento dos textos. A análise do trabalho intertextual mostra bem que a pura repetição não existe, ou, por outras palavras, que esse trabalho exerce uma função crítica sobre a forma. Isto, quer a intencionalidade seja explicitamente crítica – como na sátira menipéia -, ou não. Se o vanguardismo intertextual é freqüentemente sábio, é porque está ao mesmo tempo consciente do objecto sobre o qual trabalha, e das recordações culturais que o dominam. O seu papel é re-enunciar de modo decisivo certos discursos cujo peso se tornou tirânico. (JENNY, 1976. p. 44)

Os textos anteriores não fazem senão fomentar a subversão do texto, reativando-os e dinamiza-os em sentidos novos, colaborando para esses sentidos a própria forma do texto novo, isto é, o significante reinserido em um novo texto, situado em um novo processo de significação. A reativação do sentido, que se observa na intertextualidade, já nos oferece toda a sua intencionalidade.

No último item de seu artigo, Laurent Jenny relaciona a questão do sujeito, não mais filosófico, mas aqueles definidos pela lingüística: o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado. No entanto, o autor irá transpor a lingüística ao sublinhar uma consciência literária contemporânea que concebe esses sujeitos repletos de ficções (JENNY, 1976. p.47). Ele dirige-se às idéias da pós-modernidade de Foucault e aos trabalhos de Hutcheon, inserindo a intertextualidade “na consciência literária contemporânea”.²

Verificamos sua filiação ao pensamento de Michel Foucault no comentário onde Jenny afirma que nos dias atuais

já não se acredita no sujeito que se pretendia matéria do livro; a partir de agora inverte-se a questão: são os livros a matéria do sujeito, sujeito escrevente ou sujeito escrito. [...] A verdade literária, como a verdade histórica, só pode constituir-se na multiplicidade dos textos e das escritas – na intertextualidade. (JENNY, 1976. p. 47)

Jenny, baseado em Foucault, concede primazia ao discurso e à história, sendo estes os elementos constitutivos do sujeito. A legitimação da verdade não se dará na metafísica moderna do sujeito, mas na multiplicidade dos textos e da escrita – na história dos discursos, na intertextualidade. Esta seria um meio de proposição da verdade, sublinhando que os textos e as escritas, sempre inseridos em um contexto – mutante – também resultará em uma verdade sempre instável e localizada. Jenny dará ênfase à intertextualidade em sua função de ferramenta de crítica social. Sobre essa função, o autor observa que:

Se o sujeito é verdadeiramente esse ser mumificado vivo pelos códigos sociais que cercam o seu quotidiano, que melhor ferramenta haverá do que a intertextualidade, para quebrar a argila dos velhos discursos? A intertextualidade deixa de ser aproveitamento bem educado, ou citação da Grande Biblioteca, para se tornar estratégia da mistura; e estende-se para fora do livro, a todo discurso social. (JENNY, 1976. p. 48)

É passível considerar a intertextualidade tal como ela se configura a partir dos anos 70 como uma crítica da razão e do discurso. Corroborando a nossa consideração, lembramos de Paul Zumthor, (1976. p.336), em sua caracterização funcional e flutuante da intertextualidade: “um processo agora de ambigüidade, implicando a convicção de que vários discursos, sejam eles contraditórios, aplicam-se simultaneamente a uma mesma “verdade” (ZUMTHUR, 1976. p. 336).

² Laurent Jenny, no final de seu artigo, localiza a nossa “consciência literária contemporânea” e o uso intertextual dos discursos de “vocalização crítica, lúdica e exploradora”, como aspectos “das épocas de desagregação e de renascimento culturais.” (1976. p.49).

Podemos afirmar que a poética intertextual do pós-modernismo apresenta uma desconstrução em que, a partir de um texto e salientando neste o seu conteúdo universalista, desdobra-se e exaustivamente em uma série de vários outros discursos, revelando os procedimentos de produção da razão universal do texto anterior e colocando em marcha, simultaneamente, a história dos discursos. O trabalho intertextual do pós-modernismo expõe uma crítica à razão universal, denunciando-a como uma produção discursiva; mostra, nos desvios dos discursos universais, derivando-se em uma pluralidade de discursos, as razões singulares que neles agem.

Referências Bibliográficas

- [1] ANGENOT, M. *Intertextualité, Interdiscursivité, Discours Social*. Texte : Revue de critique et de théorie littéraire. L'Intertextualité Intertexte, Autotexte, Intratexte. Toronto: Les Éditions Trintexte, 1984, n.2. p.101-112.
- [2] BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- [3] BARTHES, R. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- [4] FOSTER, H. *Polémicas (post) modernas*. Modernidad y postmodernidad. Madrid: Alianza Editorial, 1988. p. 249-262.
- [5] FOUCAULT, M. *Nietzsche, Freud e Marx*: Treatrum Philosophicum. Trad. Jorge L. Barreto. São Paulo: Princípio Editora, 1997.
- [6] _____. *As palavras e as coisas*. Trad. Dalma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- [7] _____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- [8] HUTCHEON, L. *Poética do Pós-Modernismo*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.
- [9] JENNY, L. *A estratégia da forma*. Poética. Trad. Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.
- [10] NIETZSCHE, F. *A Genealogia da Moral*. Trad. Joaquim J. de Faria. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- [11] ZUMTHOR, P. *Le carrefour des rhétoriques*. Poétique. Paris: Seuil, n.27, 1976.

Autora

¹ **Maria Aparecida ANTUNES DE MACEDO, Profa. Dra.**
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
mariantunesmacedo@hotmail.com